



Balanço Social

2019

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1. ORGANOGRAMA DA AR	3
2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	4
2.1 – Evolução dos efetivos	4
2.2 – Relação jurídica de trabalho	7
2.3 – Pessoal dirigente	9
2.5. – Género.....	13
2.6. – Idade.....	15
2.7. – Escolaridade	20
2.8. – Antiguidade.....	22
2.9. – Movimentos de pessoal	24
2.9.1 – Ingresso.....	24
2.9.2 – Saídas	24
2.9.3 – Mobilidade interna	27
2.10. – Evoluções na carreira e na categoria.....	28
2.10.1 – Valorizações remuneratórias	28
2.10.2 – Outras situações.....	28
2.11. – Ausências	29
3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL	32
4. – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	34
4.1. – Acidentes de Trabalho	34
4.2. – Doenças Profissionais	36
4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem	36
5. – ENCARGOS FINANCEIROS	38
6. – PROTEÇÃO SOCIAL	42
7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA	44
7.1 – Atividade sindical	44
7.2 – Disciplina	45
8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES	46
9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR	49
10. – NOTAS FINAIS	51
Síntese	51
ÍNDICE DE GRÁFICOS	54
ÍNDICE DE QUADROS	55
ABREVIATURAS	57

INTRODUÇÃO

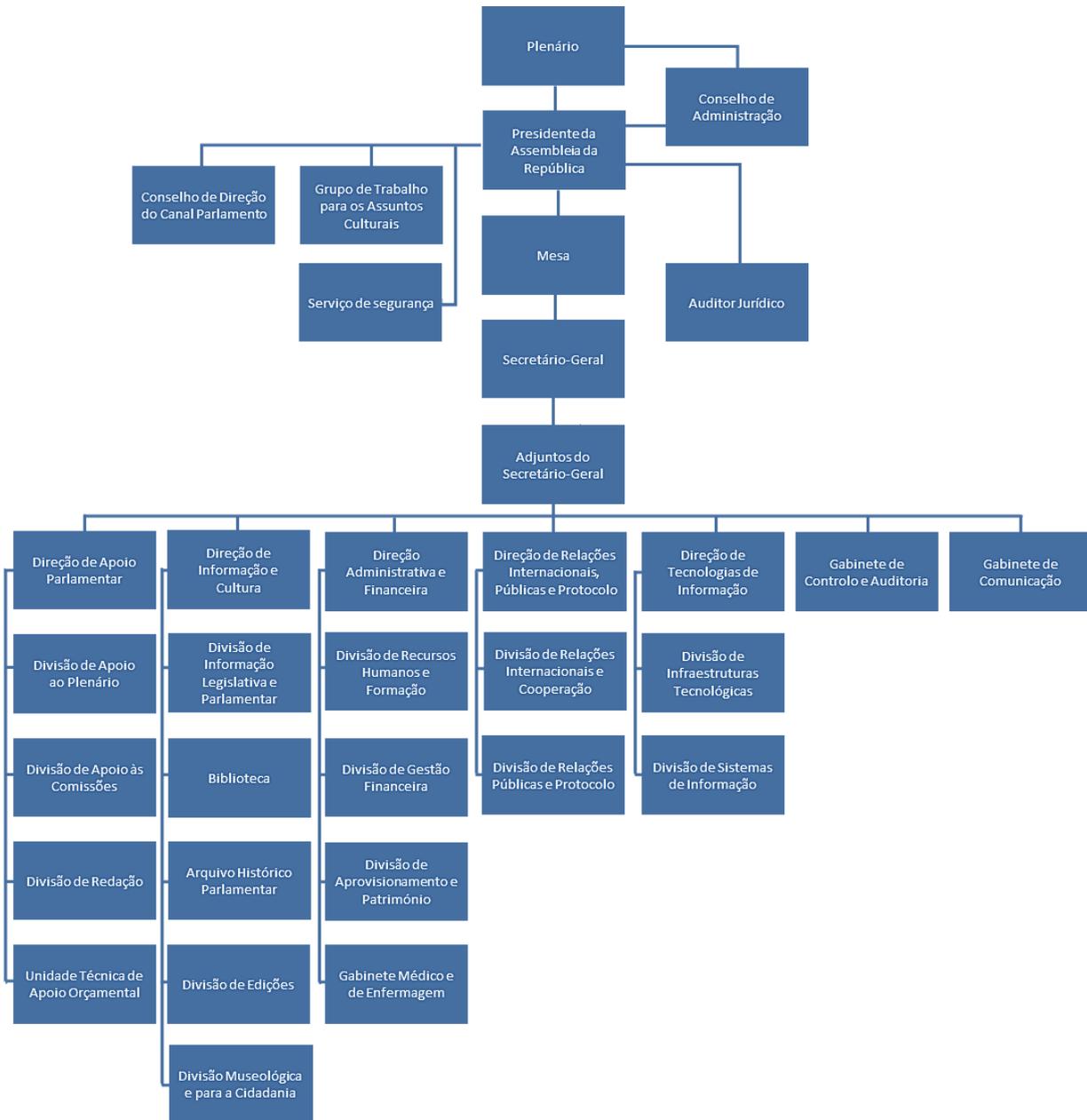
O presente Balanço Social foi elaborado com referência a 31 de dezembro de 2019.

O conjunto de indicadores refletem a realidade de 2019 e as análises comparativas pretendem demonstrar as tendências e evoluções que se têm vindo a verificar ao longo dos últimos anos.

Os elementos constantes dos diversos capítulos que compõem este documento – caracterização dos recursos humanos, formação profissional, saúde e segurança no trabalho, encargos financeiros, proteção social e relações profissionais e disciplina - relevam para uma melhor compreensão da realidade existente nos serviços da Assembleia da República (SAR) e servem de suporte ao planeamento das políticas de gestão de recursos humanos.

As entidades administrativas independentes que funcionam junto da Assembleia da República (AR) não estão incluídas na caracterização efetuada ao longo do Balanço Social, merecendo apenas uma breve referência no último capítulo.

1. ORGANOGRAMA DA AR



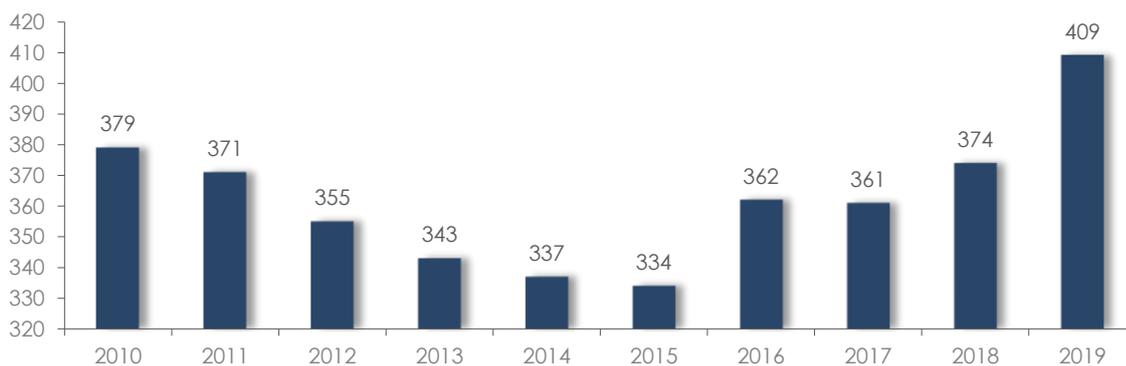
2. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Dos 431 postos previstos no mapa de pessoal da Assembleia da República (AR) para 2019, encontravam-se preenchidos, a 31 de dezembro, 421, dos quais 12 respeitam a funcionários parlamentares que se encontram em exercício de funções no exterior e 409 aos efetivos cuja caracterização será objeto de análise ao longo deste Balanço Social. Existem, ainda, 12 trabalhadores colocados entidades administrativas independentes (EAI), que funcionam junto da AR, a quem compete assegurar o respetivo apoio administrativo.

2.1 – Evolução dos efetivos

Em 2019 registou-se o número mais elevado da última década de funcionários a exercer funções na Assembleia da República, com um acréscimo de 9,4% relativamente ao ano anterior e de 22,5% em relação a 2015, ano em que se registou o menor número de efetivos desta década.

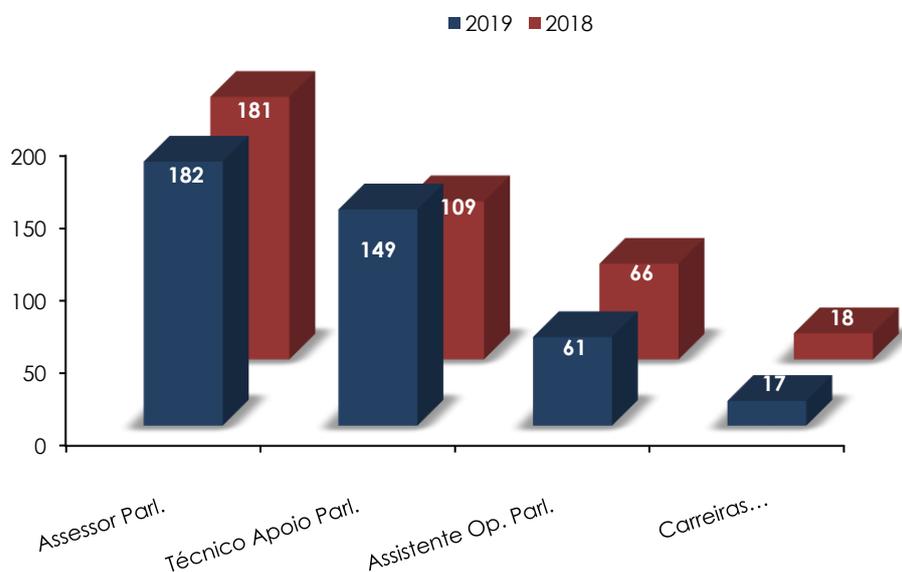
Gráfico 1 - Evolução dos efetivos



Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
N.º de efetivos	379	371	355	343	337	334	362	361	374	409
Taxa de variação anual	-3.8%	-2.1%	-4.3%	-3.4%	-0.9%	-0.9%	+8.4%	-0.3%	+3,6%	+9,4%

O quadro 1 evidencia uma evolução dos efetivos que apresenta uma curvatura em U na última década. Desde 2015 que se tem vindo a assistir a uma taxa de variação positiva, com exceção de 2017 que apresenta uma variação negativa de -0.3%. Com o aumento registado em 2019, inverteu-se a diminuição generalizada de efetivos da última década, apresentando-se uma taxa positiva superior em 5,7% à da perda de efetivos.

Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2018-2019)

De acordo com o artigo 20.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado pela Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, na sua atual redação (EFP), existem 3 carreiras no mapa de pessoal da Assembleia da República: assessor parlamentar, técnico de apoio parlamentar e assistente operacional parlamentar. Existem ainda as carreiras subsistentes previstas no artigo 94.º do EFP. O gráfico 2 ilustra o número de efetivos nestas carreiras,

sendo que, no caso das carreiras subsistentes é incluída a cedência de interesse público da carreira de enfermagem. Importa ainda salientar que todos os dirigentes em comissão de serviço estão incluídos na carreira de assessor parlamentar, por se tratar da sua carreira de origem.

Em 2019, o maior aumento de efetivos é verificado na carreira técnico de apoio parlamentar, com uma subida de 36,7%, na sequência de ingressos por via de procedimentos concursais. A carreira de assessor parlamentar e as carreiras subsistentes permanecem quase inalteradas, apenas com a diferença de 1 efetivo. Na carreira de assistente operacional parlamentar verificou-se uma descida de 7,6%, correspondente à diminuição de 5 efetivos (3 ingressaram através de procedimento concursal, na carreira de técnico de apoio parlamentar e 2 aposentaram-se).

2.2 – Relação jurídica de trabalho

O contrato de trabalho parlamentar, previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do EFP, representa, tal como verificado em anos anteriores, a maior percentagem de modalidade de relação jurídica de trabalho constituída com a AR.

Encontram-se em cedência de interesse público, prevista no artigo 14.º do EFP, 26 trabalhadores, o que representa 6,4% do total de funcionários.

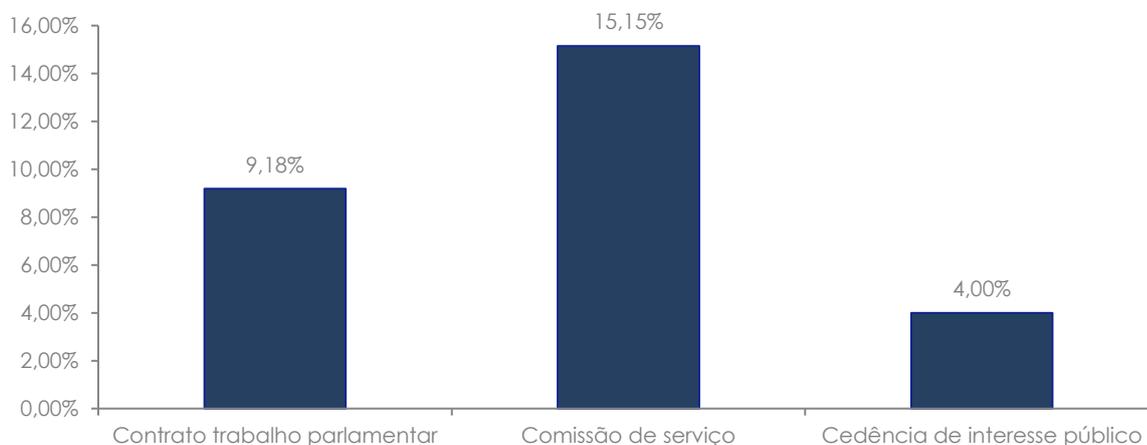
Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira

		Assessor Parlamentares	Técnico Apoio Parl.	Assistente Oper. Parl.	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Contrato trab. parlamentar	H	48	37	43	7	136
	M	96	97	18	9	219
	T	144	134	61	16	355
Cedência de interesse público	H	7	3			9
	M	6	12		1	17
	T	13	15		1	26
Total de efetivos	H	66	40	43	7	156
	M	116	109	18	10	253
	T	182	149	61	17	409

De entre os assessores e assistentes operacionais parlamentares, 38 encontram-se em comissão de serviço, como dirigentes ou outras situações (cargos de coordenação, de encarregado de proteção de dados, de administrador de segurança da informação e encarregados operacionais parlamentares), o que representa 9,3% do total dos funcionários.

Dirigentes e outras situações em comissão de serviço	H	13		5		18
	M	18		2		20
	T	31 a)		7		38

a) 2 provenientes de outras entidades organismos e 1 nomeação sem vínculo de emprego público.

Gráfico 3 - Variação percentual de efetivos por relação jurídica de trabalho (2018 - 2019)

As nomeações de novos encarregados operacionais parlamentares e de assessores parlamentares em funções específicas justificam a subida de cerca de 15% das situações de comissão de serviço.

A subida percentual do contrato de trabalho parlamentar deve-se ao ingresso de novos funcionários parlamentares, sobretudo na carreira técnica de apoio parlamentar.

Verificou-se, ainda, o acréscimo de 1 cedência de interesse público, que tem uma expressão percentual traduzida num aumento de 4%.

2.3 – Pessoal dirigente

Em 2019 não se verificaram alterações no quadro de pessoal dirigente, conforme se pode aferir no quadro que se segue.

Quadro 3 - Pessoal dirigente

	Homens	Mulheres	Total
Secretário-Geral	1		1
Adjunto do Secretário-Geral	1	1	2
Diretor	3	4	7
Chefe de Divisão	5	10	15

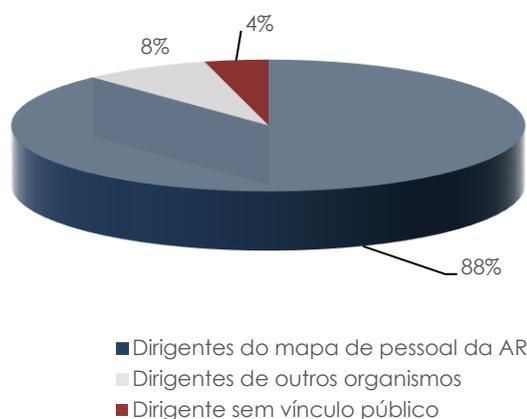
No que respeita à análise de géneros em funções dirigentes, atendendo a que se mantém o mesmo quadro do ano anterior, continua a predominar a representatividade feminina. Tal é mais evidente ao nível das chefias de divisão, em que 2/3 são assumidas por mulheres.

Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por efetivos



O índice de enquadramento de dirigentes¹ é de 6,1%, o que equivale a uma descida de 0,6 p.p. em relação ao ano anterior. Esta descida é explicada pelo aumento do número total de funcionários, mantendo-se o número de dirigentes inalterado. Assim, em termos de média, cada dirigente chefia 20 funcionários, o que representa mais 1 funcionário por dirigente relativamente ao ano anterior.

Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos ou sem vínculo de emprego público



Dos 25 dirigentes em efetividade de funções, a maioria é proveniente da carreira de assessor parlamentar do mapa de pessoal da Assembleia da República, sendo apenas 2 oriundos de outros organismos e 1 encontra-se nomeado sem vínculo de emprego público, tal como verificado em 2018.

¹ Índice de enquadramento = $n.^{\circ}$ dirigentes x 100 / total de funcionários

2.4. – Colocação por serviço

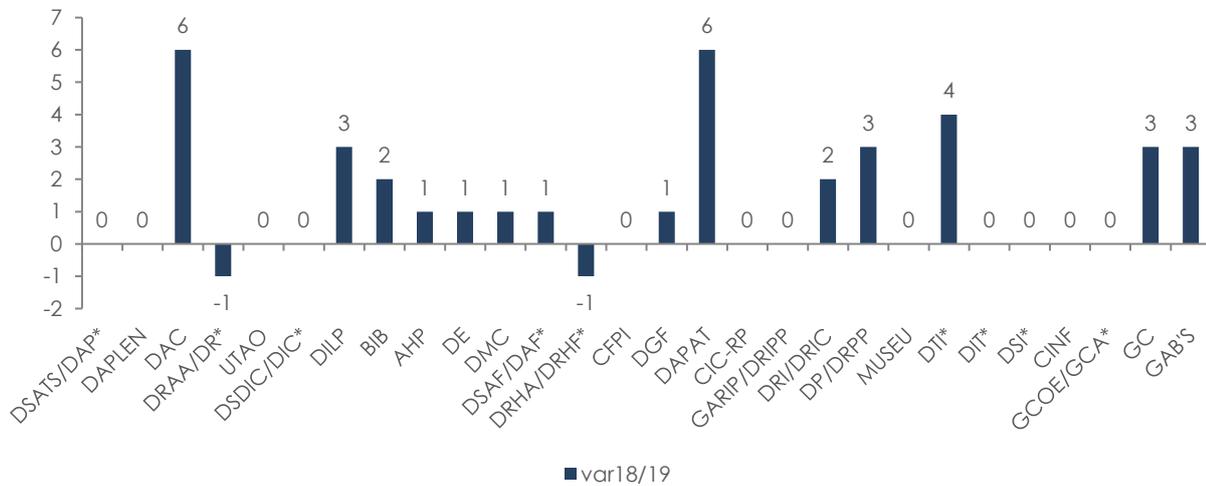
Em 2018, através da Resolução da Assembleia da República n.º 74/2018, de 20 de março, algumas divisões foram extintas ou fundidas com serviços já existentes, passando as suas competências a estar integradas em outras unidades orgânicas. Por esse motivo e por traduzir uma análise trianual, o quadro que se segue apresenta a nomenclatura anterior e a nova nomenclatura.

Quadro 4 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR

		2017	2018	2019
DSATS	DAP*	3	3	3
	DAPLEN	19	19	19
	DAC	48	48	54
DRAA	DR*	32	26	25
	UTAO	9	7	7
DSDIC	DIC*	2	2	2
	DILP	16	17	20
	BIB	13	15	17
	AHP	9	14	15
	DE	12	14	15
CIC-RP	DMC*	14	14	15
MUSEU		8		
DSAF	DAF*	2	2	2
DRHA	DRHF*	42	39	38
	CFPI	4		
	DGF	17	17	18
GME	GME	0	1	2
	DAPAT	31	28	34
GARIP	DRIPP *	2	4	4
DRI	DRIC *	13	15	17
DP	DRPP *	10	17	20
	DTI*		8	12
CINF	DIT*	27	9	9
	DSI*		7	7
	GCOE	GCA*	4	5
EPJ	GC*		24	27
	GAB'S	20	19	22

* Designação alterada ou criada por força da RAR n.º 74/2018, de 20 de março

Gráfico 6 - Variação de efetivos por serviço (2018 – 2019)



* Designação criada ou alterada por força da RAR n.º 74/2018, de 20 de março

Em 2019 apenas a Divisão de Redação e a Divisão de Recursos Humanos e Formação perderam, cada uma, 1 efetivo no seu cômputo total. No polo inverso, a Divisão de Apoio às Comissões e a Divisão de Aprovisionamento e Património registaram, cada uma, um aumento de 6 funcionários parlamentares.

2.5. – Género

Quadro 5 - Relação homens / mulheres

Homens	156
Mulheres	253

Ambos os géneros registaram uma subida no número total de efetivos.

Gráfico 7 - Percentagem da relação homens / mulheres

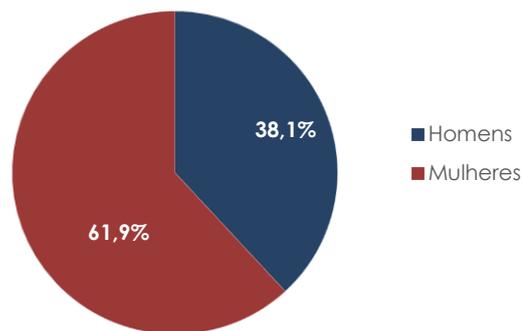


Gráfico 8 - Evolução do total de efetivos por género

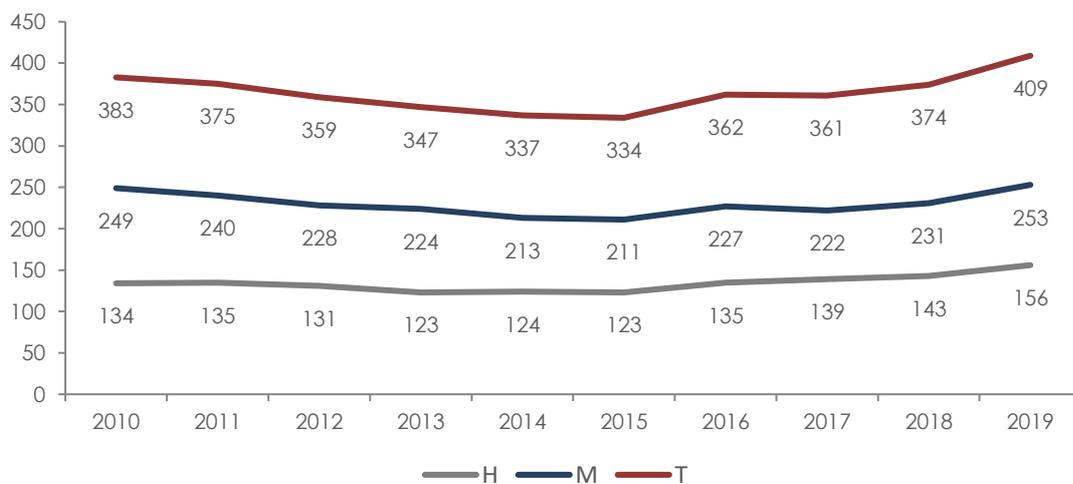
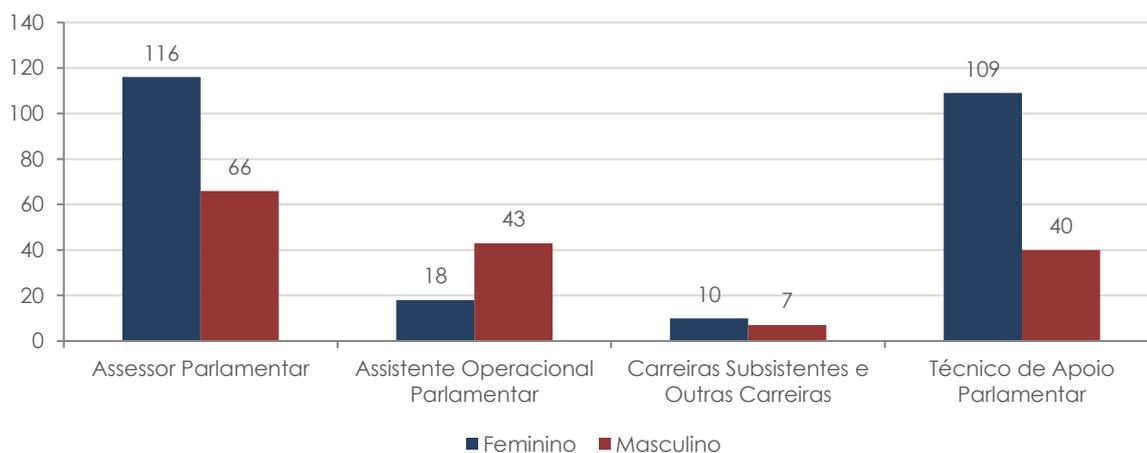


Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais

À exceção da carreira de assistente operacional parlamentar, onde os efetivos do género masculino superam os do género feminino (quase o dobro), todas as restantes carreiras apresentam um número de mulheres superior ao dos homens, com especial destaque para a carreira técnica de apoio parlamentar.

2.6. – Idade

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, os funcionários parlamentares do sexo masculino aglutinam-se numa faixa etária mais baixa que a das mulheres, situando-se em igual número entre os 45-49 anos e os 55-59 anos. Já as mulheres representam cerca de 65% na faixa etária (60-64 anos), que é a que tem um maior número de funcionários parlamentares (21% do total de efetivos).

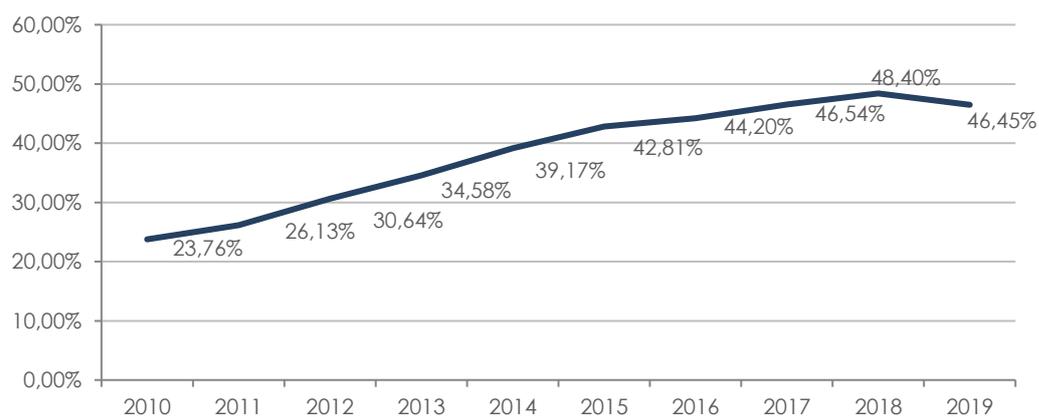
Quadro 6 – Efetivos por escalão etário segundo o género

	Homens	Mulheres	Total
20 – 24		3	3
25 – 29	5	11	16
30 – 34	9	8	17
35 – 39	15	18	33
40 – 44	20	25	45
45 – 49	31	28	59
50 – 54	15	31	46
55 – 59	31	53	84
60 – 64	23	64	87
65 – 69	7	12	19
Total	156	253	409

O leque etário, em 2019, corresponde a 3,24, isto é, o trabalhador com idade mais elevada tem 3,24 vezes a idade do trabalhador mais jovem. A amplitude é de 47 anos. O leque etário sofreu um aumento de 0,69 e a amplitude teve um aumento de 5 anos, comparativamente com 2018. Estes dados são explicados pelo ingresso de funcionários de escalão etário mais baixo.

Conforme decorre do gráfico 6, quase metade dos funcionários parlamentares tem mais de 55 anos.

Gráfico 10 - Índice de envelhecimento



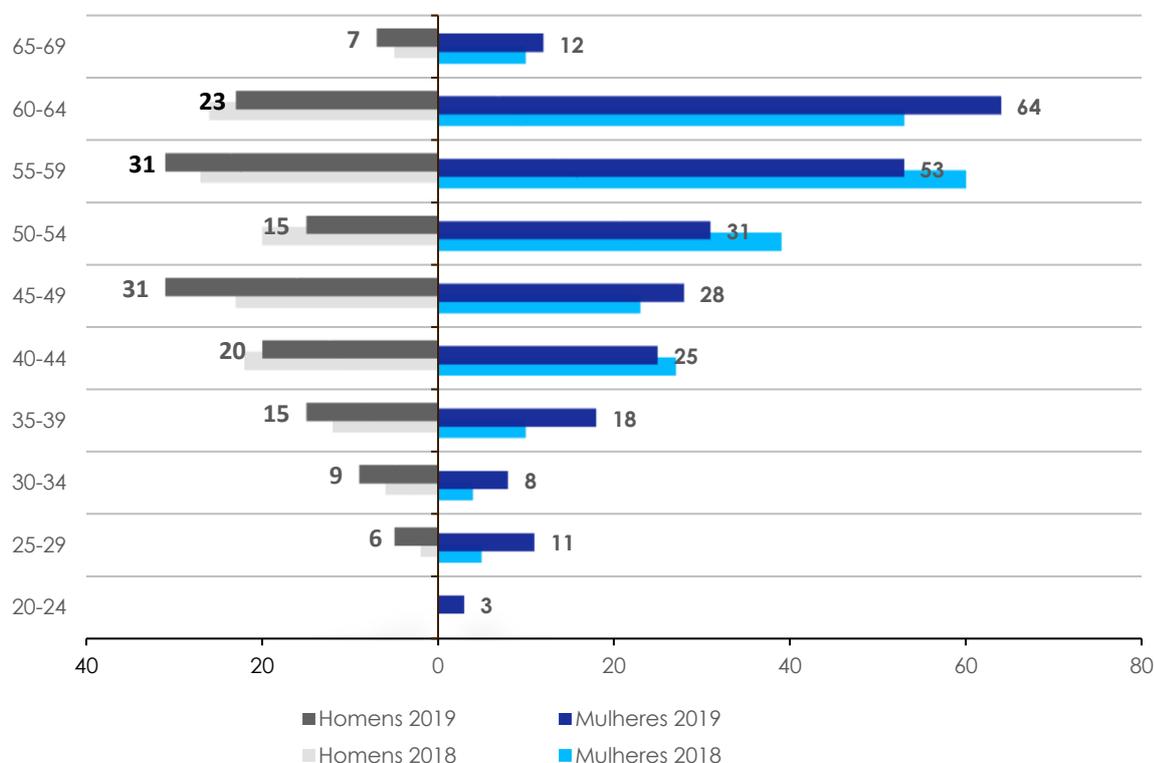
Invertendo ligeiramente a tendência de aumento do índice de envelhecimento ao longo da década, 2019 regista uma taxa de 46,45%, o que se traduz numa diminuição em cerca de 2 p.p. relativamente a 2017 e uma primeira inversão do crescimento do índice desde 2010. Tal como referido anteriormente, a justificação para esta descida traduz-se no reflexo do ingresso de funcionários parlamentares de escalões etários mais baixos.

Quadro 7 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais

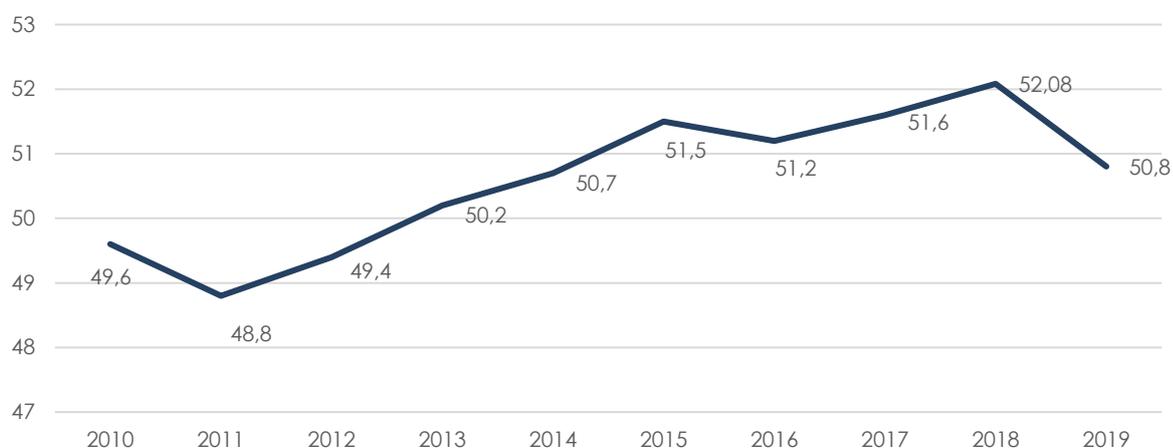
	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras
20-24		3		
-25-29	7	8		
30-34	11	6		
35-39	19	13	1	
40-44	24	14	6	1
45-49	32	21	6	
50-54	23	13	9	1
55-59	31	31	22	
60-64	26	34	13	14
65-69	9	5	4	1
Média	48.9	50	55.2	60.5

À semelhança de 2018, o grupo constituído pelas carreiras subsistentes e outras carreiras é o que detém a idade média mais elevada, o que é expectável considerando que não é possível novos ingressos nas carreiras subsistentes. O quadro etário mais baixo verifica-se na carreira de assessor parlamentar, com cerca de 18% de funcionários com idades compreendidas entre os 45-49 anos. Bastante próximo da média etária desta carreira, encontra-se a de técnico de apoio parlamentar, com uma média de 50 anos de idade. Apesar do ingresso de novos técnicos de apoio parlamentar não foram atenuados os efeitos da tendência de aumento de idade, continuando a maioria dos funcionários parlamentares desta carreira a situar-se no escalão etário entre os 60-64 anos.

Gráfico 11 - Pirâmide etária



A pirâmide etária apresenta a forma de pirâmide invertida, destacando-se, no lado masculino, a descida do número de efetivos com idades entre os 50-54 anos, em boa parte explicada pela transferência de efetivos deste escalão etário para o escalão dos 55-59 anos. Do lado feminino, há a destacar o aumento de efetivos no grupo etário dos 60-64 anos, também explicado pela transferência de efetivos do escalão imediatamente inferior.

Gráfico 12 - Evolução da idade média

Em 2019, a idade média situou-se em 50,8 anos, próxima da idade média registada em 2014, verificando-se uma descida da idade média para valores idênticos aos registados naquele ano. Apesar do registo de aumento de número de efetivos em escalões etários mais elevados, o número de ingressos de funcionários com idades mais baixas foi suficiente para inverter a tendência de subida da média etária ao longo da década, destacando-se a descida em 1,28 anos face ao ano anterior, o que se aproxima do valor de 2014.

Quadro 8 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	Média
DAP		1				1		1			43.0
DAPLEN	1	1		3	1	2	2	2	7		49.4
DAC	2	4	6	7	5	5	6	10	9		46.0
DR		3	1	1	3	5	1	3	5	3	49.5
UTAO			1		2	2		1	1		46.6
DIC									1	1	64.0
DILP			2	2	1	2	4	3	5	1	51.5
BIB	1				2	1	4	4	4	1	53.3
AHP				3	4		2	3	1	2	49.9
DE	2	1			2	2	1	4	2	1	48.6
DMC				1	2	3	3		6		53.3
DAF					1			2	1		54.3
DRHF				2	3	3	1	4	7		52.8
DRHF/GP's				1	2	1	3	5	5	1	55
DGF				2	3	3	2	2	6		51.8
DAPAT			2	2	3	11		10	5	1	51.2
DRIPP							2	1	1		55.0
DRIC	1	1	2	2	4			3	4		48.5
DRPP	1		1		4	4	5	5	5		52.8
DTI		1	2	2			1	1	4	1	50.3
DIT					1	3	2	1	1	1	51.9
DSI			1	1	2	2			1		43.4
GCA							1	2	2		58.4
GC	1	1	3	3	4	5	8	2			48.9
GAB'S			1	1			3	8	3	6	58.5

O quadro 9 ilustra a distribuição de efetivos por serviços e escalões etários, sendo os quadrados mais escuros os que têm maior número de funcionários parlamentares e os mais claros os que contabilizam menor número. Embora exista uma predominância de maior concentração de efetivos por serviço acima da média etária, importa salientar que, em 2019, foi novamente introduzido o escalão etário dos 20-24 anos, com a DAC e a DAPLEN a registar efetivos nesse grupo.

A média etária mais elevada é registada na DIC e nos Gabinetes. No polo inverso, com as médias etárias mais baixas, encontram-se a DAP e a DSI.

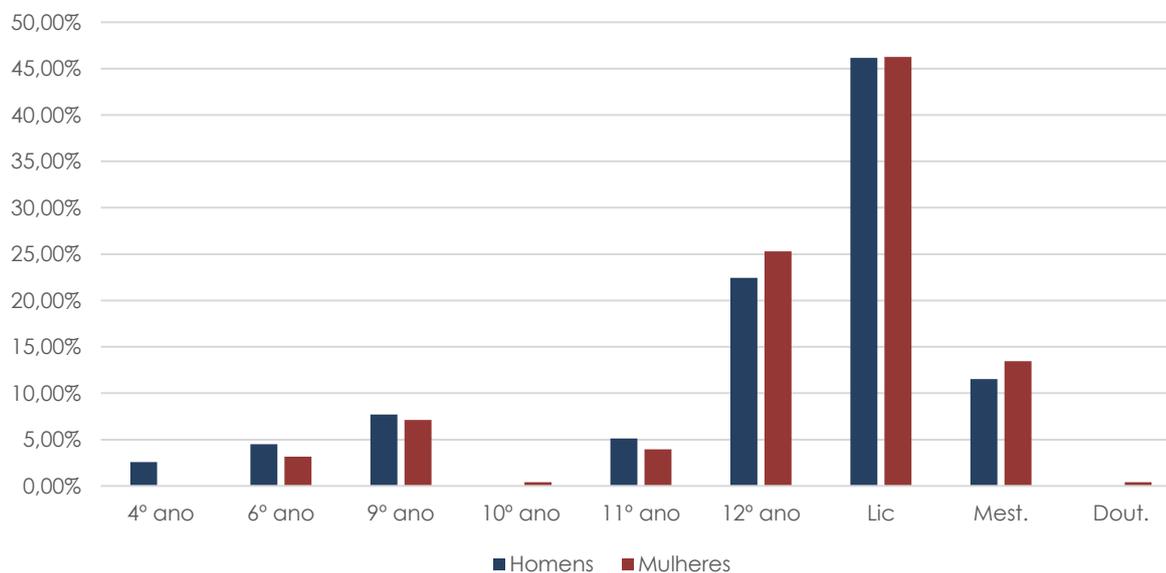
2.7. – Escolaridade

A licenciatura é o nível de escolaridade predominante dos efetivos da AR, quer no que respeita ao sexo masculino, quer feminino, agrupando quase metade do total de funcionários.

Quadro 9 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	4	2.56%	0	0.00%	4	0.98%
6 anos de escolaridade	7	4.49%	8	3.16%	15	3.67%
9 anos de escolaridade	12	7.69%	18	7.11%	30	7.33%
10 anos de escolaridade	0	0.00%	1	0.40%	1	0.24%
11 anos de escolaridade	8	5.13%	10	3.95%	18	4.40%
12 anos de escolaridade	35	22.44%	64	25.30%	99	24.21%
Licenciatura ²	72	46.15%	117	46.25%	189	46.21%
Mestrado	18	11.54%	34	13.44%	52	12.71%
Doutoramento	0	0.00%	1	0.40%	1	0.24%
Total	156	100%	253	100%	409	100%

² Não se distinguem nesta sede as licenciaturas pré e pós-Bolonha, sendo certo que a generalidade é pré-Bolonha.

Gráfico 13 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade

No nível habilitacional predominante, o impacto de género é praticamente nulo, registando-se uma equivalência entre homens e mulheres. Nos níveis habilitacionais mais baixos existe uma ligeira predominância masculina e, nos níveis acima de licenciatura, uma ligeira predominância feminina, havendo, no final de 2019, apenas uma mulher doutorada.

2.8. – Antiguidade

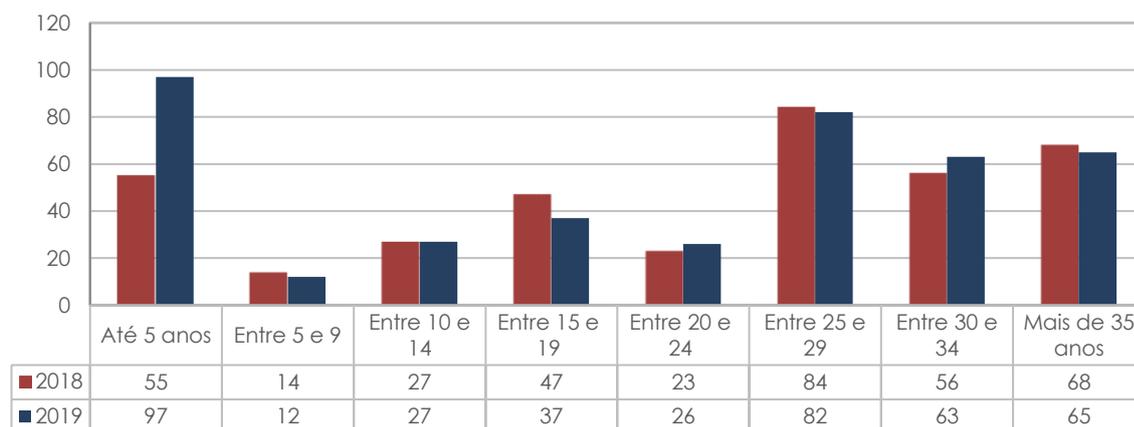
Os novos ingressos vieram também alterar os dados que se têm vindo a registar ao longo dos últimos anos ao nível da antiguidade. A 31 de dezembro de 2019, cerca de ¼ do total de efetivos têm menos de 5 anos de antiguidade no exercício de funções públicas. Este escalão é predominante em ambos os sexos.

Quadro 10 - Antiguidade

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	39	58	97
Entre 5 e 9	9	3	12
Entre 10 e 14	13	14	27
Entre 15 e 19	19	18	37
Entre 20 e 24	12	14	26
Entre 25 e 29	25	57	82
Entre 30 e 34	16	47	63
Mais de 35 anos	23	42	65
Nível médio de antiguidade	19.3 anos	22.3 anos	21.1 anos

O nível médio de antiguidade desceu 1,77 anos face ao período homólogo, sendo mais acentuada nos efetivos do sexo feminino, que registava uma média de 24,05 anos de antiguidade em 2018. Nos efetivos do sexo masculino também se verificou uma descida de 1,66 anos, consentânea com a descida do nível médio de antiguidade.

Importa ainda referir que no escalão entre os 25 e 29 anos de antiguidade se encontram 20% do total de efetivos sendo o segundo maior grupo de nível médio de antiguidade) e que 16% do total de efetivos detém mais de 35 anos de antiguidade, o que é um número bastante significativo.

Gráfico 14 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2018-2019)

A perspetiva bienal ilustra o que foi referido anteriormente, revelando o aumento significativo do primeiro escalão dos níveis de antiguidade. Os níveis de antiguidade entre os 20 e 24 anos e os 30 e 34 anos apresentam aumentos comparativamente com 2018, sendo que os restantes apresentam ligeiras diminuições.

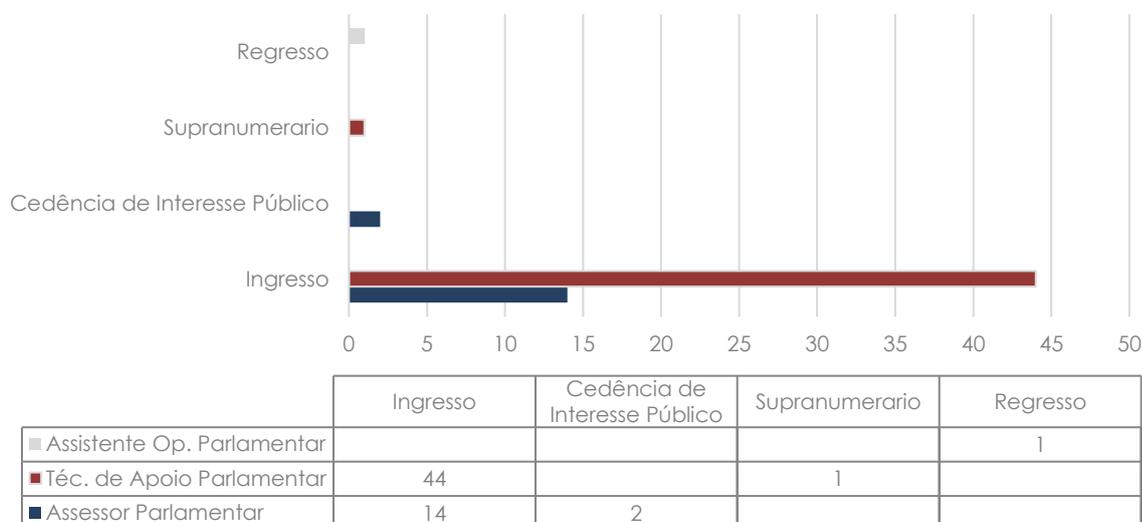
2.9. – Movimentos de pessoal

2.9.1 – Ingresso

Em 2019, verificaram-se os seguintes movimentos de ingresso/regresso:

- 14 novas admissões em regime de estágio probatório na carreira de assessor parlamentar e 44 na carreira de técnico de apoio parlamentar (5 destes ingressos – 2 na carreira de assessor parlamentar e 3 na carreira de técnico de apoio parlamentar - foram de funcionários parlamentares que exerciam funções noutra carreira parlamentar);
- 2 cedências de interesse público para exercício de funções equivalentes à carreira de assessor parlamentar;
- 1 ingresso supranumerário (técnico de apoio parlamentar), ao abrigo do artigo 64.º da LOFAR;
- 1 regresso aos SAR por motivo de cessação de funções de nomeação em Gabinete (assistente operacional parlamentar).

Gráfico 15 – Movimentos de ingresso em 2019



2.9.2 – Saídas

Em 2019, verificaram-se os seguintes movimentos de saída:

- 1 óbito (carreira subsistente);
- 3 nomeações para Gabinetes (2 assessores parlamentares e 1 assistente operacional parlamentar);
- 3 cedências de interesse público para entidade externa (assessores parlamentares);
- 2 cessações de cedências de interesse público (equivalente a assessor parlamentar);
- 1 licença sem vencimento (técnico de apoio parlamentar);
- 8 aposentações (4 assessores parlamentares, 2 técnicos de apoio parlamentar e 2 assistentes operacionais parlamentares);
- 2 cessações de contrato de trabalho parlamentar em regime de estágio probatório (assessores parlamentares);
- 2 denúncias de contrato de trabalho parlamentar (assessores parlamentares).

Existiram ainda 5 situações de alteração de carreira, na sequência de admissão em procedimento concursal (2 técnicos de apoio parlamentar para a carreira de assessor parlamentar e 3 assistentes operacionais para a carreira de técnico de apoio parlamentar).

Gráfico 16 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2019

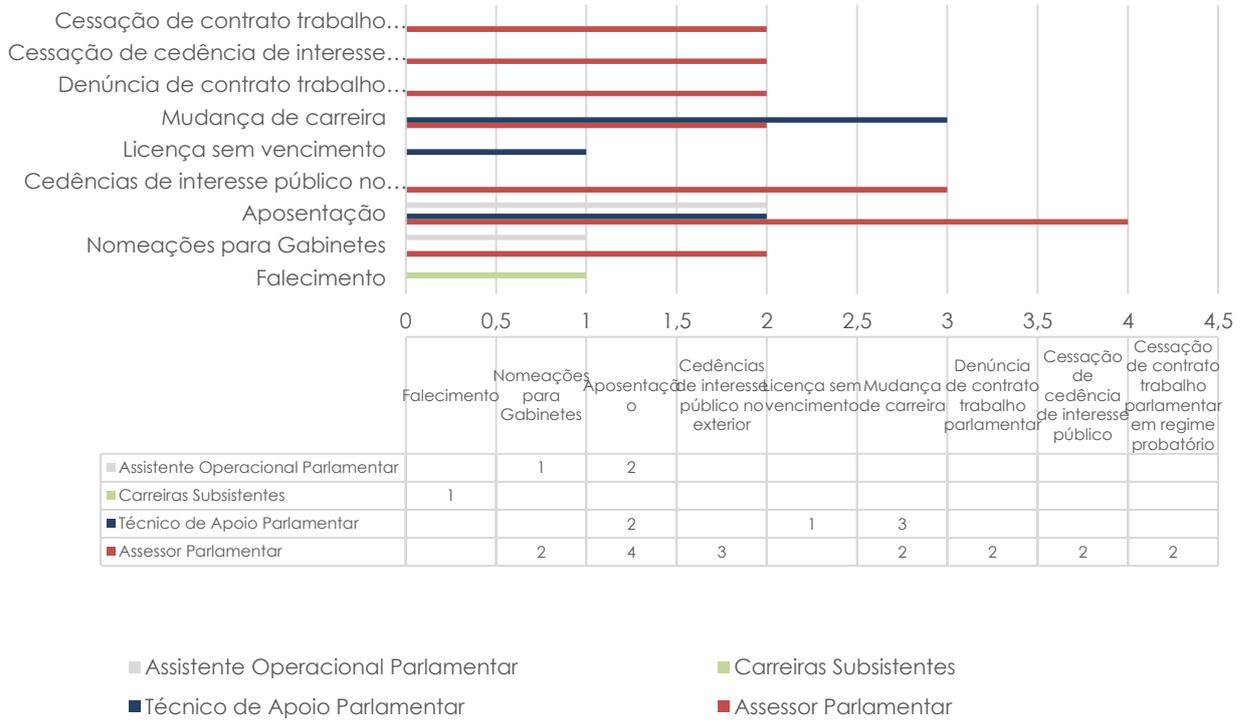
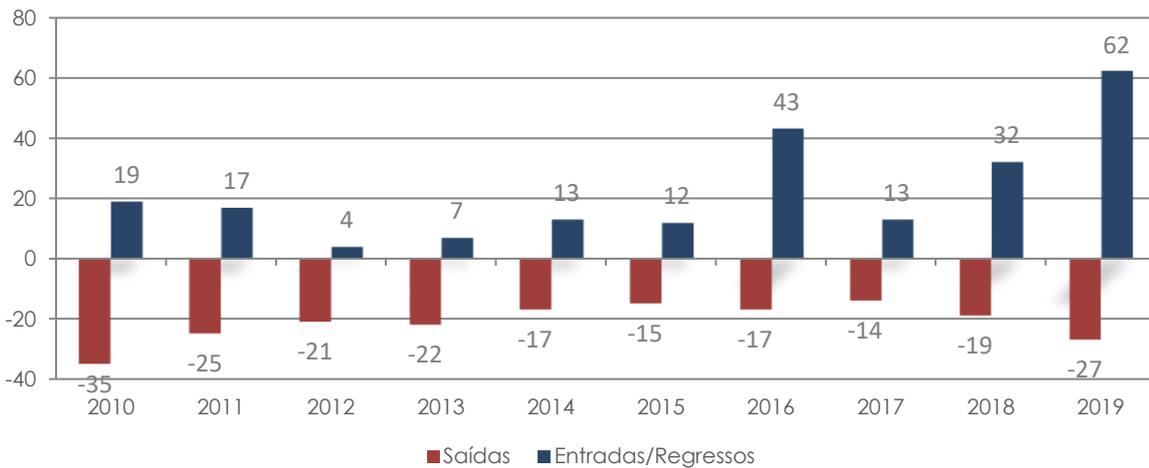


Gráfico 17 - Movimento global de ingressos e saídas



O último ano da década é o que apresenta maior número de entradas/regressos à AR, com um saldo positivo de 35 efetivos. Contrariando a tendência de saldos negativos, os últimos 2 anos permitiram uma reposição dos efetivos perdidos ao longo da década.

2.9.3 – Mobilidade interna

Quadro 11 – Mobilidade interna

		ENTRADAS														
		DAP	DAPLEN	DAC	DR	DILP	BIB	DMC	DRHF	DAPAT	GME	DRIC	DRPP	DTI	GC	GAB's
SAÍDAS	DAP														1	
	DAPLEN	1		1					1						1	
	DAC		1		1	1				1			1	1		4
	DR								1							
	BIB								1							
	AHP						1									
	DE												1			
	DMC												1			
	DRHF											1				
	DGF					1										
	DAPAT															
	DRIC									1						
	DRPP		1					1								
	GC			1						1	1					
	GAB's			1												

Em 2019 registaram-se 29 situações de mobilidades internas, nos termos do artigo 15.º do EFP: 12 na carreira de assessor parlamentar, 12 na carreira de técnico de apoio parlamentar e 5 na carreira de assistente operacional.

A DAC é a unidade orgânica onde ocorreram mais situações de mobilidade interna, as saídas de 10 funcionários parlamentares e a entrada de 3. Conjugando com o facto de ser uma das unidades orgânicas com um dos maiores aumentos de efetivos. Como verificado anteriormente, foi ainda a unidade orgânica em que se verificou a maior renovação de efetivos.

2.10. – Evoluções na carreira e na categoria

2.10.1 – Valorizações remuneratórias

Atendendo a que o Orçamento de Estado de 2018 veio permitir valorizações remuneratórias, as quais se mantiveram, nos termos previstos no Orçamento do Estado, em 2019, estas tiveram a seguinte representação em termos de alteração para posição remuneratória seguinte:

	N.º funcionários
Assessores Parlamentares	49
Técnicos de Apoio Parlamentar	28
Assistentes Operacionais Parlamentares	12
Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	1

2.10.2 – Outras situações

Nos termos e ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), e do n.º 1 do artigo 27.º do EFP, foram nomeados 2 encarregados operacionais parlamentares.

Ao abrigo das mesmas disposições legais da LOFAR e do n.º 5 do artigo 31.º da RAR n.º 74/2018, de 20 de março, foi nomeada uma coordenadora da Equipa Parlamento dos Jovens integrada no Gabinete de Comunicação.

Por despacho do Sr. Secretário-Geral n.º 097/SG/2019, de 31 de julho, nos termos do Despacho PAR n.º 88/XIII, de 12 de julho de 2018, foi nomeado um encarregado de proteção de dados da Assembleia da República.

2.11. – Ausências

Em 2019 registaram-se 6.997 dias de ausência, sendo que 78% do total de registos se deveu a motivo de doença. As restantes causas de ausência têm expressão menos significativa.

Quadro 12 – Faltas Justificadas (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Casamento	11	10			21
Parentalidade	433	221			654
Falecimento de familiar	63	44	23	6	136
Doença	1.436	3.043	943	25	5.447
Assistência a familiar	305	152	30	3	490
Trabalhador Estudante		67			67
Outras	152	4	26		182
TOTAIS	2.400	3.541	1.022	34	6.997

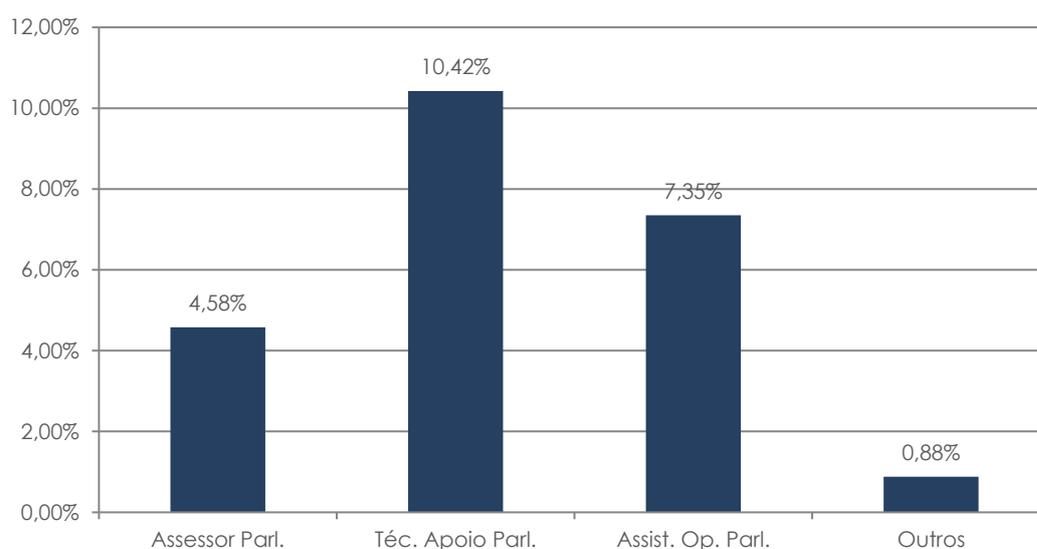
Comparativamente com 2018 verificou-se uma descida do total de ausências registadas, em valores absolutos – menos 702 faltas.

Sendo a doença o maior tipo de ausência verificada, efetuou-se uma análise por carreira, constatando-se que a maior incidência ocorreu na carreira de técnico de apoio parlamentar, onde se registou uma média de 20,4 dias de doença por funcionário.

Quadro 3 - Faltas por doença (em dias)

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras subsistentes e Outras Carreiras
N.º de dias de ausência	1.436	3.043	943	25
N.º Funcionários	182	149	61	17
N.º médio de ausências	7.9	20.4	15.5	1.5
N.º médio de ausências 2018	11.0	24.5	15.6	6.7

A diminuição do número de ausências também se reflete no número médio de ausências por doença, que foram mais baixos em todas as carreiras parlamentares.

Gráfico 18 - Ausências por carreiras profissionais

Sendo as ausências por doença a maior causa de absentismo, o maior reflexo é observado na carreira técnica de apoio parlamentar, com uma taxa de 10,42%, ou seja, 2,92% acima da taxa de absentismo global (7,5% conforme QUADRO 14).

A carreira de assistente operacional parlamentar é a que apresenta uma taxa mais próxima da taxa de absentismo média global, situando-se nos 7,35%.

De um modo global todas as carreiras apresentam taxas de absentismo mais baixas que em 2018, assinalando-se apenas a carreira de assistente operacional com um aumento de

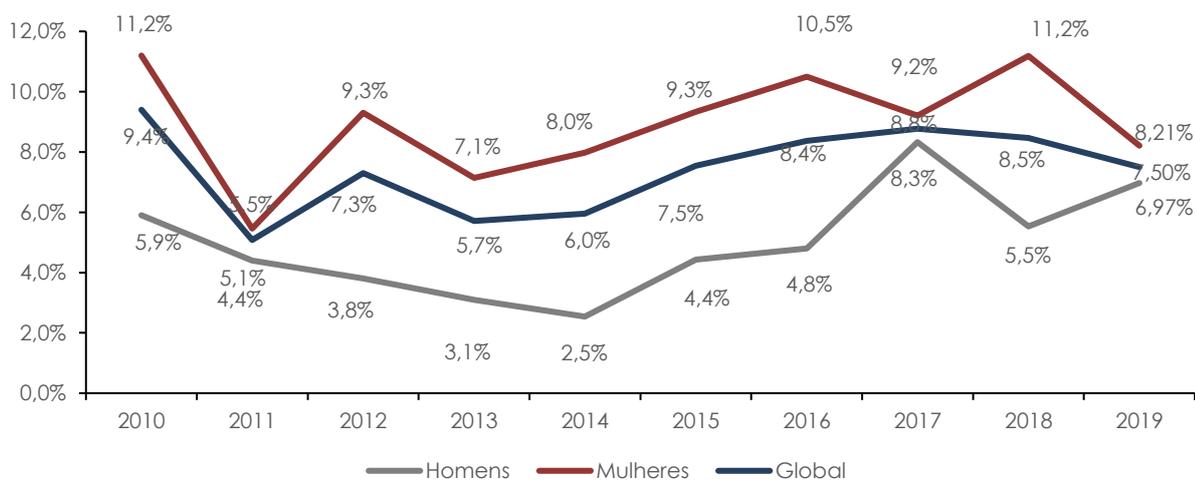
0,11%, embora com pouca significância.

Quadro 14 - Evolução da taxa de absentismo

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
9.4%	5.1%	7.3%	5.7%	6.0%	7.5%	8.4%	8.8%	8.5%	7.5%

A taxa de absentismo global é de 7,5%, correspondendo a valores registados em 2015, tendo descido 1 p.p. face a 2018 e sendo o valor mais baixo desde 2015.

Gráfico 19 - Evolução da taxa de absentismo global e por género



O absentismo por género apresenta taxas convergentes à média global, com uma descida de 2,99% da taxa de absentismo feminina e um aumento de 1,47% da taxa de absentismo masculina.

3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

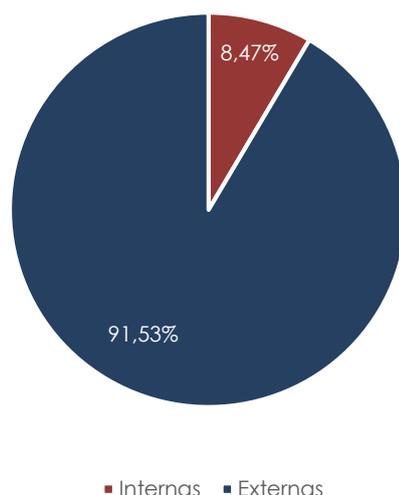
Em 2019 foram efetuadas 59 ações de formação, conforme pode ser observado no quadro que se segue.

Quadro 15 - Número de ações de formação profissional

	Menos de 25 horas	de 26 a 59 horas	de 60 a 135 horas	Total
Internas	4	1		5
Externas	32	5	17	54
Total	36	6	17	59

Das 59 ações realizadas, 61% foram de curta duração, isto é, com menos de 25 horas, e 91,5% corresponderam a ações externas (com formadores externos), sendo que algumas delas se realizaram na AR.

Gráfico 20 - Formação interna e externa

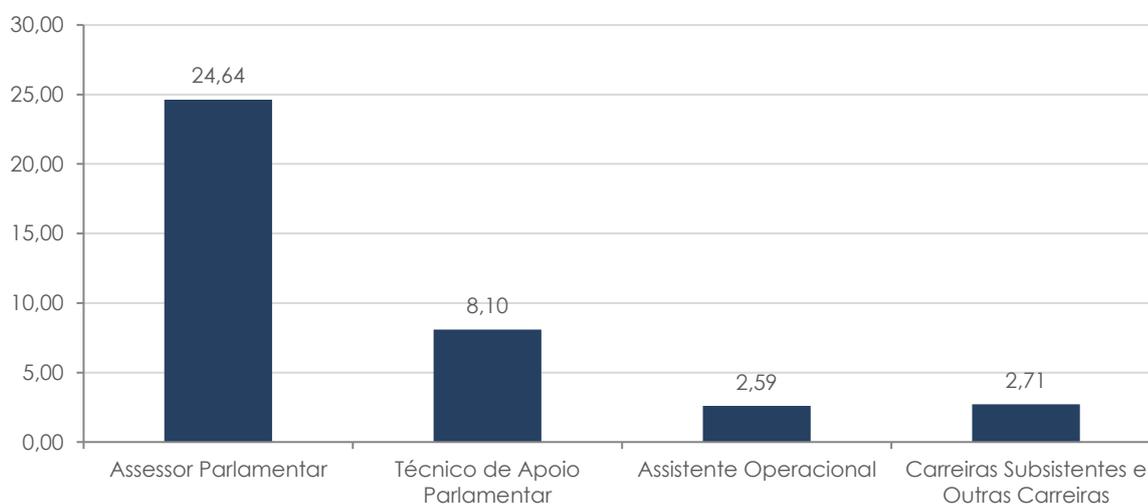


Quadro 16 – Volume de horas de formação por carreira

	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Horas de Formação Internas	1.212	722	48	32	2.014
Horas de Formação Externas	3.272	485	110	14	3.881
TOTAL	4.484	1.207	158	46	5.895

Do volume total de formação, 76% corresponde a formação dada à carreira de assessor parlamentar, explicado pelo grau de exigência técnica.

56% do total de funcionários parlamentares não registou qualquer tipo de formação profissional em 2019.

Gráfico 21 – Média de horas de formação por carreira (2019)

Os assessores parlamentares foram os que receberam mais formação, com uma média de 24,64 horas/assessor parlamentar. A carreira de assistente operacional parlamentar e as carreiras subsistentes e outras carreiras são as que apresentam um número médio de horas de formação por funcionário mais baixo, com 2,59h e 2,71h, respetivamente.

4. – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

4.1. – Acidentes de Trabalho

Em 2019, verificaram-se 9 acidentes de trabalho, dos quais 89% ocorreram em *in itinere*. Ocorreu ainda 1 acidente de trabalho com um funcionário de um grupo parlamentar.

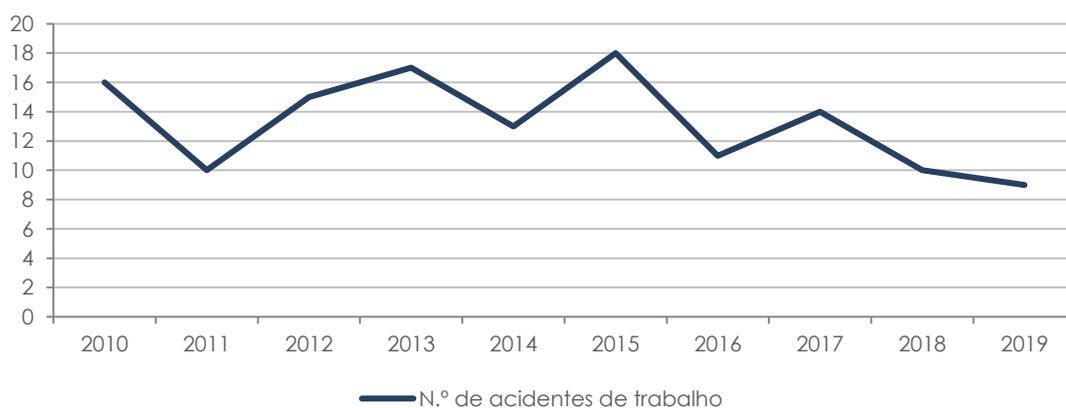
Quadro 17 - Caracterização dos acidentes de trabalho e relação com o número de dias de baixa

SEGURANÇA E SAÚDE						
Acidentes de trabalho	Número de casos sem baixa	Número de casos com baixa			Total geral de casos	Total de dias com baixa
		< 10 dias	10-20 dias	> 20 dias		
<i>In Itinere</i>	2		2	4	8	490
No local de Trabalho			1		1	33
Total	2		3	4	9	523

No cômputo global, 7 destes 9 acidentes deram origem a 523 dias de ausência. A este total de ausências, somam-se 575 dias em consequência de casos ocorridos em anos anteriores e que se prolongaram em 2019.

Gráfico 22 – Evolução de ausências por acidente de trabalho

Em resultado do exposto anteriormente, registou-se um total de 1.098 dias de ausência na sequência de acidentes de trabalho, o que é equivalente ao registado em 2017, salientando-se, porém, que o número de ocorrências foi bastante inferior, conforme se pode observar no gráfico 23.

Gráfico 23 – Número de acidentes de trabalho

Desde 2010, registou-se o número mais baixo de acidentes de trabalho em absoluto e consolidou-se tendência de diminuição verificada desde 2017.

4.2. – Doenças Profissionais

Em 2019, tal como nos últimos 4 anos, não se registaram novos casos de doenças profissionais. No entanto, os casos pendentes de confirmação por parte do Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais originaram 1.163 dias de ausência, um registo um pouco inferior ao verificado em 2017 e 2018.

Quadro 18 - Evolução das doenças profissionais

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nº de casos	6	1	0	0	0	0
Nº de dias de ausência	236 dias	641 dias	1.084 dias	1.414 dias	1.491 dias	1.163 dias

4.3. – Gabinete Médico e de Enfermagem

A Assembleia da República possui um Gabinete Médico e de Enfermagem (GME), ao qual, entre outras competências, cabe a prestação de consultas e cuidados médicos e de enfermagem.

Quadro 19- Gabinete médico e de enfermagem

	Médico	Assessora Parl.	Enfermeira	Total
Contrato de trabalho parlamentar		1		1
Cedência de interesse público			1	1
Prestação de Serviços	4			4
TOTAL	4	1	1	6

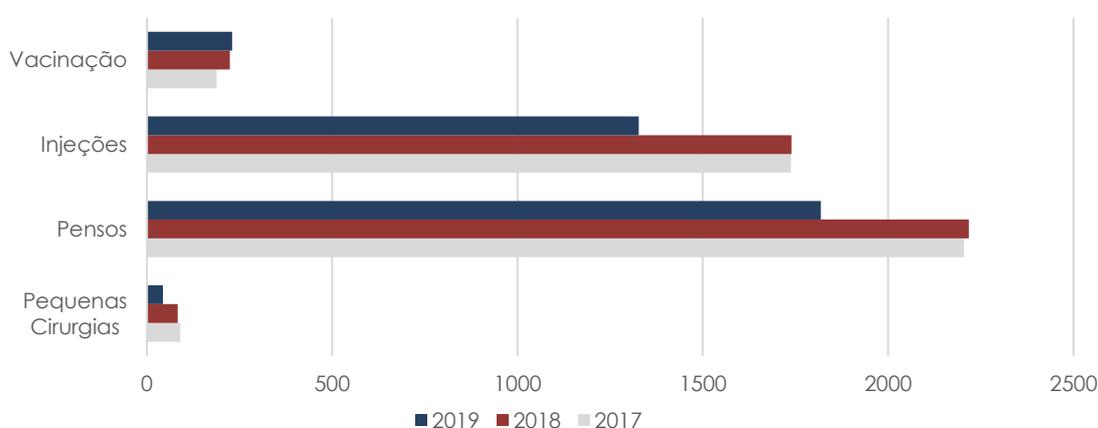
O GME composto por 1 enfermeira em regime de cedência de interesse público e 4 médicos em prestação de serviços e ainda por uma assessora parlamentar.

Quadro 20 - Evolução dos atos médicos e enfermagem

	2018	2019	Varição %
Pequenas Cirurgias	83	43	-48.2%
Consultas médicas (valor médio)	1.500	1.500	-
Pensos	2.218	1.818	-18.0%
Injeções	1.739	1.327	-23.7%
Eletrocardiograma	87	79	-9.2%
Vacinação	224	230	2.7%

Do total de atos registados, o quadro acima reflete os que mais se destacam. Da análise comparativa com o ano anterior, bem como da leitura do gráfico que se segue, podemos verificar que se registou uma diminuição de quase todos os atos, à exceção da vacinação que apresenta uma ligeira subida de 2,7%. Estes dados podem ser explicados essencialmente pela mudança de legislatura que conduziu a um maior período de interrupção dos trabalhos parlamentares, não obstante existir um maior número de funcionários parlamentares.

Gráfico 24 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio



5. – ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros permanentes e respetivas despesas encontram-se especificados no quadro seguinte:

Quadro 4 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2019

Encargos com os serviços da A.R.	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Pessoal dos SAR – vencimentos e suplementos	11.283.313,16€	59.84%	99.89%
Pessoal contratado a termo	23.476,71€	0.12%	97.82%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	26.781,84 €	20.14%	83.69%
Serviços de Saúde – Outros	41.694,00€	0,22%	92,65%
Pessoal aguardando aposentação – SAR	18.110,47€	0.10%	45.28%
Pessoal em qualquer outra situação	864.514,92€	4.59%	98.57%
Representação (certa e permanente)	129.287,73€	0.69%	86.00%
Subsídios, Suplementos e Prémios (certos e permanentes)	37.038,52€	0.20%	97.47%
Subsídio de refeição – Pessoal dos SAR	387.548,19€	2.06%	71.79%
Subsídios de férias e Natal – Pessoal dos SAR	2.141.889,10€	11.36%	96.22%
Remunerações por doença e parentalidade (SAR)	308.147,51€	1.63%	61.63%
Contribuição para a segurança social (SAR) –SS	748.097,88€	3.97%	75.34%
Contribuição para a segurança social (SAR) –CGA	2.761.441,21€	14.65%	97.85%
Contribuição para a segurança social (SAR) –Outros	9.329,89€	0.05%	93.30%
Formação	88.790,30€	0.39%	68.96%
TOTAL	18.854.821,59€	100%	95.7%

O valor global dos encargos financeiros permanentes, em 2019, ascendeu aos 18.854.821,59€, ao que corresponde um aumento de aproximadamente 8% em relação a 2018.

O maior aumento percentual verificado face ao período homólogo foi da rubrica de pessoal em qualquer outra situação, no valor de 28% mas em termos de variação absoluta foi na rubrica “vencimentos e suplementos” em cerca de 1€ milhão, face às situações de ingresso e às valorizações remuneratórias.

À semelhança dos anos anteriores, o maior peso dos encargos financeiros permanentes continua a ser a rubrica “vencimentos e suplementos”, com 60% no peso global, seguida de “Contribuição para a segurança social (SAR) – CGA”, com 15,5% do total destes encargos.

Este ano verificou-se a introdução de uma nova rubrica “Contribuição para a segurança social (SAR) – Outros” para descontos a efetuar por funcionários em cedência de interesse público, que possuem outros regimes.

A taxa de execução global situou-se em 95,7%, em relação à dotação ajustada do OAR2019. Todas as rubricas apresentam taxas de execução elevadas, destacando-se apenas três com taxas inferiores a 70%:

- rubrica de pessoal a aguardar aposentação (SAR) – o tempo que medeia entre a comunicação da aposentação e a publicação em DR diminuiu, levando a um menor processamento de valores nesta rubrica;
- rubrica de remunerações por doença e maternidade/paternidade (SAR) – reflexos da diminuição do absentismo por doença e das ausências ao abrigo da parentalidade;
- rubrica da formação – dado que não foi possível executar na íntegra o que estava previsto no plano de formação para 2019.

Quadro 22 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2018

Encargos com os serviços da A.R.	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Trabalhos em dias de descanso e feriados (SAR)	82.457,05€	26.79%	83.25%
Alimentação	56.593,18€	18.39%	80.85%
Transportes	15.594,50€	5.07%	77.99%
Ajudas de custo: Funcionários SAR e GAB	39.191,05€	12.73%	84.10%
Abono para falhas	4.956,84€	1.61%	81.26%
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	28.920,70€	9.40%	64.27%
Outros abonos em numerário ou espécie	9.983,49€	3.24%	83.20%
Deslocações – viagens	38.668,58€	12.56%	98.90%
Estadas	31.456,09€	10.22%	98.30%

TOTAL	307.821,48€	100%	83.20%
--------------	--------------------	-------------	---------------

Os encargos financeiros variáveis ascenderam a 307.821,48€, e representam um acréscimo de aproximadamente 12,4% face aos valores executados em 2018, um valor menos acentuado que o aumento registado em 2018 face a 2017. As rubricas que mais contribuíram para este aumento foram a rubrica de “subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento” e a rubrica “estadas”. Este aumento é explicado pelo facto de, em 2018, a Assembleia da República não ter suportado abono de residência com a Representante Permanente da AR junto das instituições europeias, voltando em 2019 a suportar esse encargo, com a nomeação do novo Representante.

À exceção da rubrica de “deslocações – viagens” e “ajudas de custo: funcionários SAR e GAB”, que apresentam subidas menos acentuadas, as restantes rubricas apresentam decréscimos entre os 7% e os 10% aproximadamente.

Relativamente aos encargos variáveis, as rubricas com maior peso são “trabalhos em dias e descanso e feriados (SAR)” e “alimentação”, à semelhança dos anos transatos.

A taxa de execução global situou-se nos 83,2%.

Quadro 23- Despesas de funcionamento – Executado em 2019

Aquisição de bens e serviços correntes	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Vestuário e artigos pessoais	44.157,11€	8.62%	65.50%
Aquisição de serviços - - Refeitório; restaurante; cafetarias	467.873,99€	91.38%	67.01%
TOTAL	512.031,10€	100%	66.88%

As despesas de funcionamento aqui apresentadas englobam as “despesas com vestuário e artigos pessoais”, nas quais se inclui o fardamento dos assistentes operacionais parlamentares, e ainda as relativas à “aquisição de serviços com o refeitório, restaurante e cafetarias”.

A taxa de execução situou-se nos 66,88% em relação à dotação ajustada do OAR2019, traduzido num acréscimo de 9,9% comparativamente com a execução em 2018.

6. – PROTEÇÃO SOCIAL

Em 2019 foram executados 143.072,44€ de encargos com proteção social, representando uma diminuição de aproximadamente 36% face a 2018, na sequência dos apoios sociais e subsídios de estudo relativos ao ano letivo 2019/2020 terem começado a ser pagos apenas em 2020.

A rubrica de “outras prestações familiares (SAR)” continua a ser a rubrica com maior peso na distribuição dos encargos com a proteção social, embora com um decréscimo de 58,4% face a 2018.

Salienta-se a introdução da rubrica de verificação médica no cômputo da proteção social, uma vez que, de acordo com a Portaria n.º 324/2017, de 27 de outubro, o encargo com as juntas médicas e verificações médicas domiciliárias passa a ser da responsabilidade da entidade empregadora.

À exceção da rubrica de subsídio familiar a crianças e jovens (SAR), que teve uma diminuição de 12%, e da rubrica de outras prestações familiares (SAR), já referenciada, as restantes rubricas apresentam aumentos, destacando-se os outros trabalhos especializados com um incremento de 40%.

Quadro 24 - Proteção social – executado em 2019

Proteção Social			
	Montante	Distribuição	Taxa de Execução
Subsídio familiar a crianças e jovens (SAR)	2.239,74€	1.57%	44.79%
Outras prestações familiares (SAR)	71.712,26€	50.12%	47.81%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	12.775,94€	8.93%	21.29%
Outros trabalhos especializados	52.209,50€	36.49%	87.02%
Verificação Médica – Juntas Médicas e Verificação de Doenças	4.135,00€	2.89%	55.13%
TOTAL	143.072,44€	100%	50.6%

Os valores mais representativos são os referentes aos apoios sociais e subsídios de estudo, sendo a diferença do valor executado na rubrica de outras prestações familiares (SAR) e do quadro que se segue explicada pelo englobamento dos subsídios de funeral.

Quadro 5 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2019

Apoios Sociais e Subsídios de Estudo		
	Montante	Número de beneficiários
Ama / Pré-escolar	32.196,31 €	36
Ensino Básico 1	8.600,00€	18
Ensino Básico 2, 3 e Secundário	10 829,38 €	25
Superior	2 700,00 €	6
OTL – Férias	13 035,87 €	50
Trabalhador Estudante (Superior)	3.043,42€	9
TOTAL	70.404,95€	--

Quadro 26 – Valor de reembolsos efetuados pela seguradora (tríenio)

2017	2018	2019
4.529,63€	3.753,29€	21.036,58€

Os reembolsos com despesas médicas e medicamentosas aos funcionários parlamentares acidentados têm ocorrido através da seguradora, registando-se, em 2019.

A taxa de execução situou-se nos 50,6%, face aos montantes orçamentados.

7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA

7.1 – Atividade sindical

68% dos funcionários parlamentares e outros trabalhadores que exercem funções na AR são sindicalizados, apresentando uma descida de 9% face ao período homologo.

Quadro 27 - Atividade sindical

Organização e atividade sindical na A.R.	
Sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Parlamentares	290
Sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores da F.P. Zona Sul e Açores	4
Sindicalizados no Sindicato dos Quadros Técnicos da Banca	1
Sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos	1
Sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Judiciais	1
Sindicalizados no Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado	1
Sindicalizados no Sindicato dos Enfermeiros Portugueses	1
Taxa de sindicalização = $\frac{\text{N}^\circ \text{ Sindicalizados}}{\text{Total Efetivos}}$	68%

Os funcionários parlamentares estão representados no Conselho de Administração por um representante efetivo e um suplente, eleitos pelo período da Legislatura, conforme previsto no artigo 14.º da LOFAR.

Quadro 6 - Representação no Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Representação no Conselho de Administração	1 efetivo 1 suplente

7.2 – Disciplina

Em 2019 houve um processo disciplinar, com aplicação de pena

8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES

Nos termos da LOFAR, os Gabinetes do Presidente da AR, Vice-Presidentes, Secretários de Mesa e Secretário-Geral podem ser constituídos por pessoal em regime de nomeação e por funcionários do mapa de pessoal da AR.

Os funcionários que se encontram nomeados nestes Gabinetes não fazem parte dos 409 efetivos analisados ao longo deste Balanço Social. Ao contrário do que sucede com o corpo permanente de funcionários que apoiam os trabalhos da AR, as mudanças de Legislatura podem ter reflexos na composição dos mesmos, o que se veio a verificar.

Em 2019, no **Gabinete do Presidente da AR** exerciam funções de apoio um total de 12 funcionários, distribuídos pelos cargos e categorias representadas no quadro que se segue, em consonância com o artigo 8.º da LOFAR:

Quadro 29 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR

	Chefe de Gabinete	Assessor Principal	Assessor	Secretário	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal						2	2
Nomeados	1	1	3	4	1		10
Total	1	1	3	4	1	2	12

Os **Gabinetes dos Vice-Presidentes da AR**, atento o previsto no artigo 11.º da LOFAR, têm a seguinte composição:

Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes

	Secretária	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal			2	2
Nomeados	5	2		7
Total	5	2	2	9

Ao abrigo do artigo 12.º da LOFAR, o **Gabinete dos Secretários da Mesa** conta com o apoio dos seguintes funcionários:

Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	2	2	4
Total	2	2	4

O apoio ao **Conselho de Administração** é prestado em conformidade com o quadro abaixo:

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração

	TAP	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Encontram-se colocados no **Gabinete do Secretário-Geral** e na sua dependência direta 13 elementos:

Quadro 33 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral

	Adjuntos do SG	Assessores	Secretária	AOP	Total
Mapa de pessoal	2	4		3	10
Nomeados			3		3
Total	2	4	3	3	13

Note-se que, para além deste pessoal, encontram-se ainda colocados no Gabinete do Secretário-Geral 2 técnicas de apoio parlamentar em exercício de funções em entidades administrativas independentes.

A **Auditora Jurídica** encontra-se na direta dependência do Presidente da Assembleia da República e é apoiada em conformidade com o quadro abaixo:

Quadro 34 - Pessoal em exercício no Auditor Jurídico

	Técnico Superior	TAP	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR

O mapa de pessoal da Assembleia da República, em 2019, contempla ainda, em mapa autónomo do Orçamento da AR, postos de trabalho ocupados por funcionários colocados em entidades administrativas independentes, que funcionam junto da Assembleia da República, a quem o apoio técnico e administrativo está legalmente cometido. Estes funcionários encontram-se englobados nos quadros e gráficos acima, refletindo-se abaixo a distribuição por entidade:

Quadro 35 - Pessoal em exercício no Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)

	Técnico Superior	Assessor Parlamentar	Total
Mapa de pessoal		2	2
Cedência de interesse público	1		1
Total	1	1	3

Nota: Dá apoio administrativo ao CNPMA uma técnica de apoio parlamentar colocada no GABSG

Quadro 36 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz

	Técnico superior	Técnico	Administrativo	Total
Mapa de pessoal	4	1	1	6
Total	4	1	1	6

Quadro 37- Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

	Técnico superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 38- Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação da República Portuguesa

	Técnico superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 39- Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado

	Técnico Superior	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

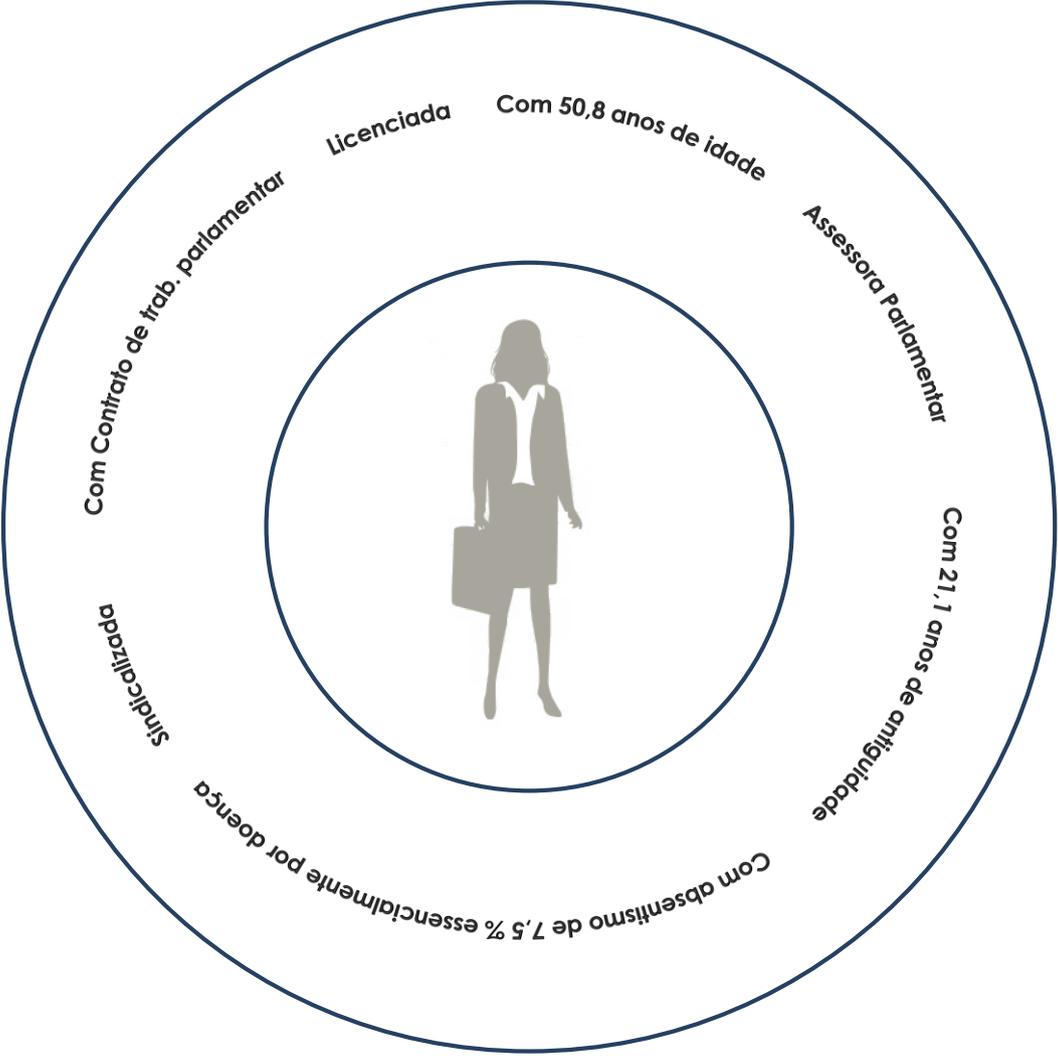
10. – NOTAS FINAIS

Síntese

Após a análise deste documento, podemos destacar, em síntese, os seguintes dados relativos a 2019:

- Em 31 de dezembro de 2019, contabilizavam-se 409 funcionários em efetividade de funções nos serviços da AR e 12 nas entidades administrativas independentes que funcionam junto da AR;
- Face ao ano anterior, registou-se um aumento no número de funcionários parlamentares de 39,4%, o que equivale a um acréscimo de 35 efetivos;
- Registaram-se 62 ingressos/regressos, sendo 58 novos ingressos na sequência de procedimento concursal;
- A carreira de assessor parlamentar é a que representa um maior número de funcionários parlamentares, com 44% do total de efetivos;
- Na distribuição por género, a representatividade feminina é de 61,9%, e a masculina de 38,1%;
- Na distribuição dos funcionários parlamentares por grupos profissionais, a representatividade feminina apresenta maior preponderância na carreira técnica de apoio parlamentar, enquanto na carreira de assistente operacional parlamentar se regista uma maior representatividade do género masculino;

- O escalão etário dos 60-64 anos é aquele que engloba o maior número de funcionários parlamentares, representando 21,3% do seu total;
- O índice de envelhecimento é de 46,5%;
- A idade média é de 50,8 anos, menos 1,3 anos relativamente a 2018;
- O grau académico de licenciatura é o mais representativo do universo dos funcionários parlamentares, representando 46%;
- O escalão com menos de 5 anos de antiguidade é o mais representativo com 20 % dos funcionários;
- O nível médio de antiguidade é de 21,1 anos, isto é, menos 1,8 anos relativamente a 2018;
- A taxa de reposição de efetivos situou-se nos 234,6%;
- Registaram-se 90 valorizações remuneratórias;
- A taxa de absentismo situou-se nos 7,5%, menos 1% que em 2018;
- As faltas por doença representaram 78% do absentismo registado;
- Houve a participação em 59 ações de formação profissional;
- Foram qualificados 9 de acidentes de trabalho e as ausências por este motivo, resultando de acidentes deste ano e dos anos anteriores, registaram um total de 1.074 faltas;
- A taxa de sindicalização situou-se nos 68%;
- Registou-se um processo disciplinar.



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos.....	4
Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por carreiras de acordo com o EFP (2018-2019).....	5
Gráfico 3 - Variação percentual de efetivos por relação jurídica de trabalho (2018 - 2019) ..	8
Gráfico 4 - Percentagem de dirigentes por efetivos.....	9
Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos	10
Gráfico 6 - Variação de efetivos por serviço (2018 – 2019).....	12
Gráfico 7 - Percentagem da relação homens / mulheres.....	13
Gráfico 8 - Evolução do total de efetivos por género	13
Gráfico 9 - Distribuição de efetivos por género e carreiras profissionais	14
Gráfico 10 - Índice de envelhecimento	16
Gráfico 11 - Pirâmide etária	17
Gráfico 12 - Evolução da idade média	18
Gráfico 13 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade	21
Gráfico 14 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2018-2019)	23
Gráfico 15 – Movimentos de ingresso em 2019	24
Gráfico 16 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2019.....	26
Gráfico 17 - Movimento global de ingressos e saídas	26
Gráfico 18 - Absentismo por carreiras profissionais	30
Gráfico 19 - Evolução da taxa de absentismo global e por género.....	31
Gráfico 20 - Formação interna e externa.....	32
Gráfico 21 – Média de horas de formação por carreira (2018 – 2019)	33
Gráfico 22 – Evolução de ausências por acidente de trabalho.....	35
Gráfico 23 – Número de acidentes de trabalho	35
Gráfico 24 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triénio	37

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual.....	5
Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por carreira.....	7
Quadro 3 - Evolução dos efetivos por carreiras segundo a relação jurídica de trabalho - SAR	Erro! Marcador não definido.
Quadro 4 - Pessoal dirigente	9
Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR.....	11
Quadro 6 - Relação homens / mulheres.....	13
Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género.....	15
Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo carreiras profissionais	16
Quadro 9 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários	19
Quadro 10 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade	20
Quadro 11 - Antiguidade	22
Quadro 12 – Mobilidade interna	27
Quadro 13 – Faltas Justificadas (em dias)	29
Quadro 14 - Faltas por doença (em dias).....	30
Quadro 15 - Evolução da taxa de absentismo.....	31
Quadro 16 - Número de ações de formação profissional	32
Quadro 17 – Volume de horas de formação por carreira.....	33
Quadro 18 - Caracterização dos acidentes de trabalho	34
Quadro 19 - Evolução das doenças profissionais.....	36
Quadro 20 - Gabinete médico e de enfermagem	36
Quadro 21 - Evolução dos atos médicos e enfermagem	37
Quadro 22 - Encargos financeiros permanentes – Executado em 2019.....	38
Quadro 23 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2018	39
Quadro 24 - Despesas de funcionamento – Executado em 2018.....	40
Quadro 25 - Proteção social – executado em 2019.....	42
Quadro 26 – Apoios Sociais e Subsídios de Estudo – executado em 2019.....	43
Quadro 27 – Valor de reembolsos efetuados pela seguradora (triénio).....	43
Quadro 28 - Atividade sindical	44
Quadro 29 - Representação no Conselho de Administração.....	45
Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete do Presidente da AR	46
Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes.....	46

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa	47
Quadro 33 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração	47
Quadro 34 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral	47
Quadro 35 - Pessoal em exercício no Auditor Jurídico.....	48
Quadro 36 - Pessoal em exercício na Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)	49
Quadro 37 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz.....	49
Quadro 38- Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	49
Quadro 39- Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação.....	50
Quadro 40- Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado	50

ABREVIATURAS

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
AR	Assembleia da República
BIB	Biblioteca
CACP	Centro de Apoio ao Canal Parlamento
CFBDP-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSIRP	Conselho de Fiscalização dos Sistemas de Informação da República Portuguesa
CIC-RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática
CIP	Cedência de interesse público
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
CNPRP	Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais
CTP	Contrato de trabalho parlamentar
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAF	Direção Administrativa e Financeira
DAP	Direção de Apoio Parlamentar
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DIC	Direção de Informação e Cultura
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DIT	Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
DMC	Divisão Museológica e para a Cidadania
DP	Divisão de Protocolo

DRAA	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRHF	Divisão de Recursos Humanos e Formação
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DRIC	Divisão de Relações Internacionais e Cooperação
DRIPP	Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo
DRPP	Divisão de Relações Públicas e Protocolo
DSAF	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
DSDIC	Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
DSI	Divisão de Sistemas de Informação
DTI	Direção de Tecnologias e Informação
EFP	Estatuto dos Funcionários Parlamentares
EPJ	Equipa Parlamento dos Jovens
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GC	Gabinete de Comunicação
GCA	Gabinete de Controlo e Auditoria
GCOE	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
GME	Gabinete Médico e de Enfermagem
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
PREVP	Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários
SAR	Serviços da Assembleia da República
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental